

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E O DIREITO À MANIFESTAÇÃO



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E O DIREITO À MANIFESTAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - Alameda dos Buritis, nº 231 Setor Oeste
CEP: 74.019-900 – Goiânia – GO - Fone: (62) 3221-3042 - E-mail: csp@assembleia.go.gov.br

GOIÂNIA, 08 DE MAIO DE 2017.

APRESENTAÇÃO

A audiência pública realizada no dia 08 de maio de 2017, das 14:00 às 18:00 horas, foi organizada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa de sua presidenta Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, no auditório Solon Amaral desta casa de leis. Teve como objetivo debater a atuação das forças de segurança pública e o direito à manifestação.

O evento foi provocado após a agressão por parte do policial militar, Sargento Sampaio, ao estudante Mateus Ferreira da Silva, durante a manifestação ocorrida em Goiânia no dia 28 de abril de 2017, deixando o estudante em estado grave com risco de morte.

Tendo em vista que essas manifestações irão continuar, a Comissão de Segurança Pública decidiu realizar a referida Audiência Pública para discutir e buscar medidas que visem evitar futuras violações direcionadas aos manifestantes no estado de Goiás.



RELATÓRIO

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidenta Deputada Delegada Adriana Accorsi, realizou a Audiência Pública que discutiu a atuação das forças de segurança pública e o direito às manifestações de rua. O evento aconteceu no Auditório Solon Amaral, às 14 horas do dia 08 de maio de 2017.

A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidenta da Comissão Deputada Delegada Adriana Accorsi, pelo secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Ricardo Balestreri; pela vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, Deputada Federal Érika Kokay; promotora de Justiça Patrícia Otoni Pereira, representando o Procurador-Geral de Justiça, Benedito Torres; presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Leandro Pereira; presidenta da Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB), representando o Fórum Goiano das Centrais Sindicais, Ailma Maria de Oliveira; e o Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás (NECRIVI), Professor Dr. Dijaci de Oliveira.



Em seu discurso de abertura do evento, a presidenta da CSP, Deputada Delegada Adriana Accorsi, manifestou preocupação com as manifestações populares de que possam ocorrer fatos como o do estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mateus Ferreira da Silva, que foi agredido por um policial durante manifestação em Goiânia no dia 28 de abril de 2017 e que encontra-se internado em estado grave no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

A deputada relatou que na sexta-feira, dia 05/05/17, esteve no hospital juntamente com a deputada federal Érika Kokay, conversou com o Dr. Alexandre Amaral, responsável pelo tratamento de terapia intensiva do HUGO, que relatou o quadro de saúde de Mateus e os procedimentos adotados até o momento. No mesmo dia estiveram reunidas em audiência com o Procurador Geral de Justiça do Estado Dr. Benedito Torres e com o Secretário de Segurança Pública do Estado Dr. Ricardo Balestreri para discutir sobre o andamento do processo ocorrido no dia 28 de abril do presente ano e novas medidas para que tal fato não se repita no estado de Goiás.

“Estas manifestações irão continuar e se tornarão cada vez maiores. Lutar é um direito e não um crime. E queremos lutar pelos nossos direitos, sem medo e sem violência. É preciso políticas públicas de capacitação e sensibilização dos policiais para que eles compreendam este momento que o país está passando. Precisamos construir um caminho para o diálogo entre manifestantes e as forças de segurança”, salientou a deputada.

Em seguida, estabeleceu-se um tempo para que os componentes da mesa pudessem expressar sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com o secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ricardo Brisola Balestreri, que fez uma explanação sobre a democracia brasileira: “uma democracia imperfeita, que ainda está sendo construída, com cultura ainda oriunda da época da ditadura e que precisamos lutar para que isso seja superado”. Afirmou que a democracia só pode ser implantada com o direito ao contraditório e que por isso existem vários segmentos que zelam pela sua existência, tal como o Ministério Público, para que assim seja construído um país que além de democrático por direito seja democrático de fato.

Para o secretário, no Brasil há uma grande parcela da população que acredita que a segurança pública trabalha na base do enfrentamento, paradigma herdado da época ditatorial, sendo que segurança pública é antes de tudo preventiva, para cuidar dos direitos de todos e particularmente dos direitos dos mais pobres e humildes. No Brasil, segundo Balestreri, temos o convívio dos dois paradigmas: nichos de qualidade policial que são militantes da

democracia e nichos que tem a visão ideológica do embate contra o “inimigo interno”, que é uma figura inexistente, se tiver que escolher um inimigo interno será escolhido as pessoas mais pobres e desfavorecidas. Essa ideologia do inimigo interno deve ser dizimada porque os nossos policiais precisam ser operadores da cultura da democracia.

Ricardo Balestreri defendeu uma ideologia única, tanto para a Polícia Civil quanto a Militar, uma ideologia civil, de força defensiva, que está autorizada a usar força desde que em casos incontornáveis, inevitáveis e desde que a força seja usada como preconiza a ONU (Organização das Nações Unidas), nos princípios da progressão racional e proporcional da força.

O secretário ressaltou que as manifestações populares devem ser **protegidas** pela polícia, sendo categórico ao dizer que a polícia vai às manifestações para proteger os manifestantes, não para atacar, dispersar ou constranger. Constatou que isso ocorre em 95% dos casos. Explicou que quando se tem um desvio de conduta de pequenos grupos, tais como depredação do patrimônio público e privado ou de atentado contra os direitos dos manifestantes, a polícia deve usar força técnica e racional, ou seja, imobilizar e conduzir esse pequeno grupo para autoridade competente.



Em seguida, Balestreri pontuou o caso do estudante Mateus Ferreira da Silva, que foi agredido por um policial militar durante uma manifestação em Goiânia no dia 28 de abril, noticiou que o caso foi encaminhado para a Polícia Militar e, por uma indicação do

Página 5 de 15

Ministério Público, foi encaminhado também para a Polícia Civil investigar. Narrou que posteriormente, houve outro pedido do Ministério Público para que se instaurasse os procedimentos relacionados a investigação de possível tentativa de homicídio e que no momento, está aguardando a posição do Delegado Geral da Polícia. Também se manifestou em defesa dos bons policiais que acompanharam a manifestação e que agiram de forma impecável, dentro da boa técnica e da legalidade.

Balestreri revelou seu desejo pela existência de uma polícia que seja temida pelos bandidos e amada pela população, contanto que esse temor seja feito dentro da legalidade e moralidade. Noticiou que segundo Luiz Eduardo Soares (especialista em Segurança Pública no Brasil), 98% das ações da polícia realizadas no Brasil são preventivas e educativas e apenas 2% são repressivas.

Segundo o secretário, existe no estado de Goiás uma cultura muito forte numa parte da população em enaltecer a brutalidade e a violência policial para resolver a criminalidade. Constatou a necessidade em se fazer um trabalho de educação com os policiais e com o cidadão. Ressaltou ainda, que o policial é um defensor e promotor de direitos humanos em seu papel de agente de segurança pública.

Entre as ações que o Governo do Estado está tomando para melhorar a atuação dos policiais, o secretário destacou:

- **Aquisição de novos equipamentos e armas não letais**, com o intuito de abastecer os policiais de recursos para o uso progressivo da força, preconizado pela ONU – a Polícia Militar se comprometeu, segundo Balestreri, a entregar **na data de hoje (08/05)** um levantamento de suas necessidades.
- **Retomar o código de ética da Polícia Militar**, que está há 10 anos entre elaboração e arquivamento, para reforçar os direitos dos policiais. É necessário remover os regulamentos disciplinares, herdados da ditadura, que não reconhece os direitos dos policiais, com cláusulas absurdas, desde a punições por inadimplência de compras a banalizações por prisões administrativas. “Eles também tem seus direitos violados. É difícil pedir alguém para respeitar o direito do outro, quando o deles próprios é desrespeitado”, salientou. O secretário se comprometeu que num período de **um mês** irá apresentá-lo à Assembleia Legislativa e solicitou nesse momento a ajuda da deputada Delegada Adriana Accorsi para a concretização.

- **Introduzir programa de formação de direitos humanos e cidadania policial**, que começará brevemente e será o mesmo sistema usado na Secretaria Nacional de Segurança Pública aonde será feito um trabalho com lideranças de forças multiplicadoras (entre 750 e 1000 policiais) dentro das corporações.
- **Criar nos batalhões um núcleo de expertise em atuação de mediação de conflitos civis e presença de multidão**, devido a inexperiência da maioria dos policiais nesse assunto. Cada núcleo terá habilidade e função de multiplicar para que todos tenham essa formação.
- **Fazer capacitação para o uso da força policial seguindo padrão ONU** – aonde inclusive, um dos formadores será um profissional que já foi líder do BOPE do Rio de Janeiro e antropólogo pela Universidade Federal Fluminense.
- **Normatização da inteligência policial tanto para Polícia Militar quanto para a Civil**, com o intuito de abastecê-la de informações para a sua atuação, para que com o conhecimento dos dados a operação seja feita de maneira mais técnica e precisa.

Assim o secretário de Segurança Pública, concluiu sua fala, ressaltando que todas essas medidas são para valorizar a Polícia Civil e Militar do estado de Goiás. Registrou a necessidade em se ausentar da audiência naquele momento e indicou como seu representante seu assessor especial, o delegado de polícia Dr. Eraldo Augusco.

O Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Leandro Pereira considerou que o caso do estudante Mateus não foi o único. Revelou que durante a manifestação houve outros casos de violência contra manifestantes e que na corporação é comum este tipo de prática. E que em Goiás, um estado ruralista, existem casos de perseguição.

O mesmo ainda divulgou sobre o quadro de saúde do estudante Mateus que encontra-se estável, mas ainda há uma série de problemas e cirurgias a serem feitas. Também externou a preocupação e o medo com as próximas manifestações e pediu proteção a todos os envolvidos no caso Mateus. “Não se trata apenas de agressão, mas de perseguição”, completou.

A Deputada Adriana Accorsi solicitou ao Dr. Eraldo, levar ao secretário de Segurança Pública essa reivindicação de proteção para Mateus e seus amigos envolvidos no caso. E se comprometeu também a elaborar um pedido oficial nesse sentido.

Em seguida, a Promotora de Justiça Patrícia Otoni Pereira esclareceu que as ações citadas pelo secretário de Segurança Pública foram solicitações apontadas pelo Ministério Público. Também salientou, outro caso de violência policial ocorrido no estado recentemente, caso Robertinho, em que o Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público denunciou como crime de abuso de autoridade e homicídio triplamente qualificado.



Sobre o caso Mateus explicou que o Ministério Público, antes mesmo de ter sido acionado, expediu requisição de instauração de inquérito judicial, pois pela gravidade não poderia ficar apenas na esfera administrativa. O MP exigiu abertura de inquérito e investigação por parte da Polícia Civil, pois houve a necessidade de uma verificação mais rigorosa, sendo que houve um crime doloso contra a vida.

A promotora esclareceu ainda, que não está havendo um posicionamento em pré-julgar o policial, mas sim uma exigência de investigação para apurar os fatos. E o papel que o Ministério Público está desempenhando é de intermediação entre os policiais e os movimentos sociais e estudantis. “Criar espaço de diálogo é essencial para apurar as dificuldades das policias e dos estudantes”, complementou.

Patrícia também alertou aos estudantes que nesse cenário de conflito, não entrem em embates com os policiais, pois eles estão ali para protegê-los. E concluiu informando que o MP tem cobrado da Secretaria de Segurança Pública medidas mais preventivas para que não ocorram mais casos de violências em outras manifestações.

Ailma Maria de Oliveira, presidenta do CTB/GO, representante do Fórum Goiano das Centrais Sindicais, indagou que foram vários agredidos na manifestação, não só estudantes mas também trabalhadores. E que não se pode silenciar as pessoas com essa retomada da ditadura no estado. Também demonstrou sua indignação com aqueles que defendem a violência policial contra os manifestantes.

“O enfrentamento e a propagação da violência tem deseducado a população. Precisa que esses policiais sejam punidos e que sirvam de exemplos para não acontecer novas agressões.” Concluiu ser fundamental valorizar a educação e responsabilizar os agentes que cometem violência. E finalizou que, além dessa audiência pública, serão necessárias outras medidas para o combate e prevenção da violência.

Durante participação na audiência pública, o Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás, professor Dijaci de Oliveira, criticou que a violência é muito forte no estado de Goiás e defendeu mecanismos mais eficientes de controle externo da polícia. “Nós temos um modelo de polícia militar e metropolitana com o mesmo padrão de ação e abordagem. Precisamos questionar todos os modelos e construir uma estrutura que realmente garanta segurança. Porque ao invés de produzir mais segurança estão produzindo violência”, comentou.

O mesmo pediu apoio ao Ministério Público para fortalecer o mecanismo de controle externo da polícia, para que se tenha uma forma mais atuante nesta demanda, com intuito de coibir esse tipo de ocorrência. Também criticou ação do policial que agrediu o estudante Mateus e os gestores de segurança no caso de Robertinho, que ao contrário de produzir segurança estão produzindo violência. Ao seu entendimento esses fatos expressam uma realidade no estado de que a população não tem nenhuma garantia de segurança.

Dijaci ainda afirmou que o modelo de segurança no estado não tem dado respostas na diminuição nos dados de violência e destoa com as restantes unidades da federação. “Tem que mudar o modelo de organização das polícias, pois tem permitido que surja mais violência do que coibir a existente”, disse.

A Deputada Estadual Isaura Lemos também participou da audiência. A parlamentar fez uso da palavra para manifestar apoio ao evento e destacou o papel da Assembleia na

defesa dos direitos da população goiana. “Esta Casa tem que repercutir as demandas da sociedade. A violência atinge muito mais os movimentos sociais que estão justamente lutando contra as injustiças. Está sendo implantando um verdadeiro estado de exceção no nosso País”, afirmou.

Isaura atribuiu como uma das causas da violência a falta de efetivo policial para atender os seis milhões de habitantes do Estado e defendeu uma maior capacitação das forças policiais. “A polícia trata os cidadãos como inimigos. De fato, novos eventos virão. Será que continuarão as ações contra os manifestantes? Nesta última, onde o estudante Mateus foi agredido, eu estava com meu neto de um ano e a deputada Adriana estava com sua filha. Os gestores tem que fazer um trabalho de prevenção. Nós vamos lutar e reagir a cada momento em que nossos direitos forem ameaçados”, enfatizou.

A deputada federal Érika Kokay (PT-DF), atual vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, afirmou que a Audiência Pública trata da discussão da manutenção dos espaços de exercício da liberdade e que o estudante Mateus sofreu uma agressão a liberdade. Ela destacou que 60 mil pessoas, a maioria jovens e negros, são assassinados por ano no país, o que representa, para ela, um profundo processo de desumanização. Realçou que o que acontece no estado de Goiás é a possibilidade da construção de novos espaços para que nos façamos humanos. “São as celas das cadeias e as covas a parte do latifúndio que cabe a esta população. Estamos falando do cerceamento de um jovem que poderia ter vindo a óbito, porque estava se manifestando em praça pública. E que foi vítima da reação das forças policiais na tentativa de calar a voz, na luta pela manutenção dos direitos que foram conquistados a duras penas. Estamos em um país aonde a tortura está sendo permitida e passando por um processo de ameaça muito intensa dos direitos”, disse.

A deputada federal confirmou apoiar todas as medidas propostas pelo secretário de Segurança Pública, porém questionou sobre a impunidade que reina no país, levando a população a desacreditar no Estado Democrático de Direito. Como exemplo, ilustrou a possibilidade do crime cometido contra o estudante Mateus ser tipificado como abuso de autoridade, o que ela acredita ser absolvição sumária e inadmissível. Informou que esteve na sexta-feira passada junto com a deputada Adriana Accorsi no Ministério Público e que a posição deste órgão é de também não concordar com a qualificação de abuso de autoridade e sim de tentativa de homicídio.

Érika refletiu sobre a sociedade atual que aplaude o homicídio, citando o caso Robertinho¹, e apoia o fundamentalismo punitivo a qualquer preço. A deputada defendeu a importância da criação de um plano de enfrentamento a violência e da construção de uma educação em direitos e uma cultura de paz, envolvendo a escola, as políticas de assistência, a política de cultura, aonde o racismo, o sexismo e a homofobia estão arraigados. “O problema da violência não se resolve só com a segurança pública, se resolve com uma série de políticas”, apontou a deputada.



Érika Kokay noticiou uma sugestão que partiu do Ministério Público, do dia de sua visita com a deputada Delegada Adriana Accorsi, da necessidade de uma discussão entre os movimentos sociais e os policiais, para que o segmento dos policiais que provoca esse nível de violência ouça o outro. E da necessidade de elaboração de um protocolo e fluxos para as manifestações com os movimentos sociais pautado nos princípios da Constituição Federal que prioriza a dignidade humana, haja visto que ainda ocorrerão muitas manifestações.

¹ Assassinato do estudante Roberto Campos da Silva, conhecido como Robertinho, de 16 anos, ocorrido em 16/04/17, quando policiais do serviço reservado da Polícia Militar invadiram sua casa, no Residencial Vale do Araguaia, região leste de Goiânia, sob alegação de investigar posse ilegal de arma de fogo.

Por fim a deputada federal, se comprometeu, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, a levar o caso Mateus para o Ministério Público na Procuradoria de Defesa de Direitos do Cidadão para que possam acompanhar também todo o processo.

Abertos os debates aos participantes, tomou a palavra Ieda Leal vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT/GO), dizendo que a polícia de Goiás é violenta e precisa desenvolver métodos para coibir essas ações. E que a polícia e o Ministério Público precisam ouvir mais a população e a educação precisa ser priorizada. Também revelou que estava presente com sua família na manifestação e ainda divulgou alguns dados de violência no país contra negros, pobres e mulheres.



O Sargento do Corpo de Bombeiros, Uilliam, disse que já fez parte da polícia militar e manifestou que não está participando da audiência para condenar ou justificar se houve erro ou não. Ponderou que o que vivemos hoje é sintomático pela falência do sistema, ressaltando que muitas vezes as falhas acontecem pela falta de estrutura, equipamentos, treinamentos e até mesmo trabalho escravo dentro da própria polícia.

Complementou dizendo que os questionamentos a respeito de direitos da população, das falhas das polícias, assim como a ausência de diálogo com os movimentos sociais levantadas durante a audiência, é culpa de um sistema que gera um cenário de divisão e reflete numa visão da sociedade de que direitos humanos é apenas para alguns. Afirmou que o trabalhador da segurança pública também clama por direitos humanos, pois são cidadãos.

E mais uma vez esclareceu que não está ali para justificar o comportamento do colega da corporação, mas sim para expor o lado dos agentes da segurança pública.

Reclamou ainda das represálias que os militares sofrem dentro da corporação, por as vezes serem penalizados por motivos fúteis e sofrerem muita pressão interna. “Essa realidade tem que mudar, mas ela nunca acontecerá de dentro para fora. Tem de haver uma mudança externa”, refletiu.



Uilliam lembrou que o código de ética citado pelo secretário de Segurança Pública, já havia sido elaborado e assinado pelo próprio secretário enquanto esteve frente à Secretaria Nacional de Segurança Pública, sendo preciso só implantá-lo.

Também participou do debate a Coordenadora do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, Ângela Recid. Criticou que o estado de Goiás criminaliza a luta popular, os movimentos sociais e dentro da cultura do medo com a prática autoritária e violenta tentam silenciar as vítimas. Noticiou que várias pessoas foram agredidas na manifestação e foram silenciadas por medo de represálias.

Para Ângela, há uma prática de abordagem violenta nas manifestações, até mesmo por parte da Guarda Civil Metropolitana e esse tipo de conduta é recorrente. Portanto é preciso que em todos os casos de violência policial e abuso de autoridade envolvendo a luta popular, movimentos sociais e manifestações haja justiça e que sirva de exemplo com

punições para que não mais aconteça. “Temos que defender a liberdade de livre manifestação”, concluiu.

O representante da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Goiás, ex-policia e advogado Fabiano Lima Dias, participou do evento revelando que há uma violência institucionalizada e que a polícia precisa ser reestruturada desde sua base.

Fabiano ressaltou que a polícia também é violada e cerceiam sua liberdade por meio de decretos punitivos, que não lhe é dado o mínimo de dignidade. “O policial pode ser preso por um simples motivo da farda estar amarrotada”, argumentou.

Pronunciando em nome da OAB, disse que esta vai participar ativamente dos debates acerca do assunto com intuito de contribuir para o avanço desta discussão.

Por fim da audiência o último a usar a palavra foi Jamil Matar representante da presidenta da Comissão de Direito Criminal e Políticas Públicas da OAB/GO, Mônica Araújo de Moura. Jamil relatou que estão realizando um trabalho de conscientização com os jovens e estudantes que “violência gera violência”. Nesse tema surgem as questões culturais, mas vai além, esse tipo de violência ainda perdura no país por conta da impunidade e corporativismo. “Se um comandante pratica um ato violento, conseqüentemente o seu subordinado praticará o mesmo” explicou. A partir do momento em que são punidos por seus erros, os demais não repetirão.

A presidenta da CSP, Deputada Delegada Adriana Accorsi, finalizou agradecendo a presença de todos e informou que desta audiência pública obteve uma série de ações que foram propostas pelos participantes e se comprometeu em nome da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa em cumprir essas ações em parceria com as instituições e a sociedade civil. Concluiu ainda, que o que aconteceu com Mateus seja transformador para que o Estado seja mais seguro para se manifestar, com policiais mais preparados e capacitados.

ENCAMINHAMENTOS

1 – Ações a serem executadas pelo Poder Executivo na Secretaria de Segurança Pública:

- Aquisição de novos equipamentos e armas não letais – Polícia Militar se comprometeu a entregar um levantamento de suas necessidades em 08/04/17;
- Retomar o código de ética da Polícia Militar. O secretário se comprometeu que num período de **um mês** irá apresentá-lo à Assembleia Legislativa.
- Introduzir programa de formação de direitos humanos e cidadania policial;
- Criar em cada batalhão um núcleo de expertise em atuação de mediação de conflitos civis e presença de multidão;
- Fazer capacitação para o uso da força policial seguindo padrão ONU;
- Normatização da inteligência policial tanto para Polícia Militar quanto para a Civil.

2 – Ação a ser executada pela Deputada Federal Érika Kokay através da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal:

- Levar o caso Mateus para o Ministério Público na Procuradoria de Defesa de Direitos do Cidadão para que possam acompanhar o processo.

3 – Dr. Eraldo: levar ao conhecimento do secretário de Segurança Pública o pedido do estudante Leandro de proteção para Mateus e seus amigos envolvidos no caso;

4 – Deputada Delegada Adriana Accorsi: elaborar pedido oficial de proteção para Mateus e seus amigos envolvidos no caso.



Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi
Presidente da Comissão de Segurança Pública